

MARIA HELENA PEREIRA TOLEDO MACHADO

**A sensualidade
como caminho.
Notas
sobre diários
e viagens**

**MARIA HELENA
PEREIRA TOLEDO
MACHADO** é professora
do Departamento de
História da FFLCH-USP.

Este artigo visa refletir sobre o processo de construção da narrativa de viagem do século XIX e inícios do XX. Por ser um gênero literário codificador de processos sociais e ideológicos de apropriação discursiva e conquista das populações não-brancas e/ou coloniais, a literatura de viagem tornou-se extremamente popular tanto na Europa e Estados Unidos, os quais passavam por processos de expansão imperialista, quanto nas áreas periféricas, como na América Latina, onde essa literatura tomou um sentido diferente, porém não menos importante. No Brasil do século XIX, por exemplo, a literatura de viagem não apenas tornou-se uma literatura apreciada, como chegou a desempenhar um papel fundamental, de espelho da alma nacional, no qual as elites nacionais que buscavam constituir hegemonia política e ideológica podiam procurar os traços de uma nacionalidade ainda não mapeada. Como gênero narrativo, a literatura de viagem, derivada do naturalismo, das viagens de exploração geográfica, etnológica ou econômica, buscou sobretudo estabelecer o distanciamento entre o narrador e a narrativa, construindo esta sobre as bases da observação racionalista e classificatória. No entanto, a literatura de viagem escorava-se sobre uma experiência de viagem na qual a vivência do viajante é o filtro condutor, experiência esta, por seu turno, sistematicamente alijada da narrativa da viagem. Banida da narrativa canônica, a experiência da viagem reaparece nos relatos de viagem, cifrada em descrições aparentemente imparciais e racionalistas das populações e das paisagens observadas. Mais ainda, o gênero da viagem encontra-se com o diário de viagem, local das anotações mais espontâneas do dia-a-dia em terras estrangeiras e selvagens, a partir do qual o autor-viajante, mais tarde, livre das peripécias da viagem, podia filtrar suas experiências, construindo um discurso aceitável ao público leitor desse

Este artigo começou a ser elaborado no decorrer do meu estágio de pós-doutorado, nos anos de 1993-94, contando com financiamento da Fapesp, e foi finalizado no ano de 2002, sob os auspícios do CNPq. Partes diferentes deste texto foram apresentadas na Reunião Anual da Anpocs (1993), no Encontro Regional de História da Anpuh (1996) e no Simpósio Nacional de História da Anpuh (1999).

gênero. O confronto entre os dois gêneros – o livro de viagem e seu diário – estabelece uma perspectiva complexa para análise das tensões entre a experiência da viagem e o relato publicado da mesma. Conforme notou J. Fabian ao analisar a literatura de viagem produzida pelos exploradores e etnólogos europeus na África Central dos finais do XIX, os relatos de viagem do período são usualmente considerados como frutos de uma observação racional, baseada em critérios científicos. Porém, por trás dessa aparente racionalidade encontra-se um viajante de moral vitoriana, vulnerável a fome, fadiga, febres, opiáceos e exposto a contatos e relacionamentos sexuais com homens e mulheres que agiam segundo padrões totalmente contrários aos do viajante (1). A inclusão desta perspectiva na análise da literatura de viagem produz novos patamares para a compreensão do tema, tornando-se o objetivo deste artigo.

Para tal, aborda-se inicialmente o diário íntimo e privado como gênero literário próprio à experiência histórica das burguesias européias e norte-americanas do século vitoriano, estabelecendo os laços entre o surgimento de uma noção de individualidade burguesa e o gênero confessional dos diários. Numa segunda etapa, introduz-se o gênero da literatura de viagem característica dessa época, procurando-se assinalar suas conexões com o projeto literário de apropriação das áreas coloniais do globo, concretizado por meio de um tipo de narrativa, entendendo, portanto, esse gênero como tradutor do processo histórico de conquista colonial, ocorrida entre a segunda metade do XIX e a Primeira Guerra Mundial. Estabelecendo a conexão entre esses dois estilos narrativos, isto é, o do diário íntimo e da literatura de viagem, o artigo sugere a íntima conexão existente entre a viagem geográfica, a viagem narrativa e a vivência da viagem como experiência íntima e confessional, apontando para a presença de profundas inter-relações entre esses dois gêneros de literatura. Ilustrando esta análise, apresentam-se dois diários, de autoria de Roger Casement e do general Couto de Magalhães, sublinhando um aspecto que, em-

bora seja pouco visível a partir da análise da obra pública do autor-viajante, caracteriza-se como uma área extremamente significativa da experiência do viajante. Trata-se de focar a questão da sexualidade como território íntimo, no qual a vivência da viagem cifra uma experiência que é também de dominação e despersonalização do outro selvagem ou colonial. Acompanhar as tensões do registro íntimo dos diários desses viajantes permite perscrutar territórios do relato de viagem que embora invisíveis foram definidores na construção da própria narrativa de viagem. Procurando apontar a conexão entre estes dois aspectos, o artigo sugere novas possibilidades de análise da literatura de viagem da era do imperialismo e de seus motivos.

O DIÁRIO E SUA ESCRITA

Essencialmente datada, a escrita do diário íntimo e pessoal tornou-se, no decorrer do século XIX, um hábito tão difundido quanto valorizado pela experiência histórica burguesa. Envolvendo personagens tão díspares quanto socialmente irreconciliáveis, como os Casements ou Burtons, exploradores das terras distantes coloniais que se contrapunham a mocinhas casadoiras e crianças bem-educadas – foram todas estas figuras que, a par de ritos e crenças sociais arraigadas, compartilharam da mania de dedicar alguns preciosos minutos diários para registrar, em tons mais ou menos desabridos, suas vivências, impressões e sentimentos cotidianos. Peter Gay, o historiador da sensibilidade vitoriana e, até certo ponto, seu maior entusiasta, em estudos de história social e psicanalítica a respeito das classes médias européias e norte-americanas do século XIX, afirma que a cultura burguesa do século vitoriano, ao sublinhar a cisão da esfera pública da privada, criava as condições ideais para o florescimento dos diários (2).

Atividade privada por excelência, o diário, por uma parte, funcionava como válvula de escape para a confissão dos sentimentos suprimidos da convivência social própria à época, que valorizava o autocon-

1 Johannes Fabian, *Out of Our Minds. Reason and Madness in the Exploration of Central Africa*, Berkeley, University of California Press, 2000.

2 Peter Gay, *A Experiência Burguesa. Da Rainha Vitória a Freud. A Educação dos Sentidos*, tradução de Per Salter, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 320.

3 "O simbolismo sexual dentro do lar tem possivelmente sua ilustração mais famosa no caso daquelas senhoras vitorianas que reconheciam a potência sexual das pernas de suas mesas, e por conseguinte as ocultavam da vista" [Bonnie G. Smith, *Ladies of the Leisure Class. The Bourgeoisies of Northern France in the Nineteenth Century*, apud Peter Gay, *A Experiência Burguesa*, op. cit., p. 377].

trole e o recato. Ora, a imagem que se nos afigura ao evocarmos a cultura vitoriana, de tão óbvia, torna-se quase redundante. Mocinhas que coram e desmaiam, conspirações de silêncio a respeito dos “fatos da vida”, conversas sobre “abelhas e passarinhos” e pernas de piano vestidas por saíotes de rendas, especialmente preparados por matronas vitorianas, incomodadas por qualquer alusão às partes do corpo. Seria nesse contexto que a existência do diário íntimo e pessoal, ocupando o espaço destinado ao amigo, ao confidente ou companheiro ausentes, aliviaria as tensões acumuladas por uma convivência social estrita e repressiva (3). Por outra parte, não há dúvida de que a escrita de diários denotava, em termos sociais, um gigantesco investimento no ser, que o indivíduo alfabetizado e mais ou menos ilustrado passava a despender a respeito de sua própria individualidade, alçada a entidade preciosa, a ser perscrutada, ouvida, auscultada, em detrimento de sociabilidades mais expansivas, relegadas, então, pelas clivagens sociais, às classes inferiores (4). Delimitando todo um espaço ao exercício da privacidade, a burguesia passava a investir uma quantidade brutal de sua energia na busca da expressão de uma sensibilidade individualizada, incrustada nas distâncias que passavam a separar a esfera pública da privada. Aspectos tão diferentes quanto a arquitetura das casas, os romances, a psicanálise e a escrita dos diários, revelam, cada qual a sua maneira, o advento da modernidade burguesa e seu investimento no ser que delimita seu lugar em oposição ao mundo exotérico hostil.

Por fim, a escrita dos diários se incorporava a toda uma tradição confessional que, conforme notou Michel Foucault, aprisionava, no século XIX – tal como nos dias de hoje –, com sua demanda pela verdade, a sexualidade, ou o complexo feixe de saberes denominados de sexualidade, nas teias do discurso. Saberes estes capazes de refletir as mais recônditas experiências pessoais, conceituando-as, delimitando-as, traçando seus campos de ação, propondo normalidades, instituindo as moralidades, ao mesmo tempo em que distinguia os des-



vios e as perversões (5). Tudo confessar ao seu diário, não se ater às superficialidades, encará-lo como “um amigo que oferece e exige a verdade”, aparecia como um prolongamento das prescrições dos médicos, educadores, padres e autoridades policiais (6). Tal foi como muitas pessoas do século XIX encararam seus diários, produzindo uma fonte histórica valiosa.

Assim se poderia considerar, por exemplo, os onze volumes da obra *My Secret Life*, escrita nos finais do século XIX por um inglês anônimo, tendo tido apenas uma edição privada de algumas poucas cópias. Escrita em tom claramente confessional, em forma de diário, neles está descrita, com as minúcias e detalhes que raiam à obsessão, a atribulada vida sexual de seu autor (7). A autenticidade de todos os seus volumes é aspecto controverso. Gay o considera como fruto da elaboração, a partir de um número limitado de experiências reais, das fantasias do autor.

4 E. P. Thompson, em *The Making of the English Working Class* (Nova York, Vintage, 1963, capítulo “Community”, pp. 401-47), mostra tanto a permanência de uma sociabilidade comunitária tradicional entre as classes trabalhadoras do século XIX, bem como os esforços de setores determinados em disciplinar o lazer operário.

5 Michel Foucault, *História da Sexualidade. A Vontade de Saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, São Paulo, Graal, 1990, sobretudo cap. I, “Nós, Vitorianos”, pp. 9-18.

6 Conforme afirmava Frieda von Kronoff, em 1902 [apud Gay, op. cit., p. 321].

7 A obra *My Secret Life*, considerada um clássico da literatura pornográfica vitoriana, foi amplamente analisada por Steven Marcus em *The Other Victorians. A Study of Sexuality and Pornography in Mid-Nineteenth-Century England* (Nova York, Basic Books, 1966, nos capítulos 3 e 4, pp. 77-196).

Ou, caso contrário, na hipótese menos provável da comprovação da autenticidade de todo o material descrito, considera Gay, que o autor de *My Secret Life* tivesse sido um indivíduo profundamente neurótico, bem como um atleta sexual inigualável. Em ambos os casos, a obra não seria representativa da sexualidade na era vitoriana, mas sim apenas “um indício da imaginação sexual de um inglês vitoriano” (8).

Diferentemente o considera Steven Marcus, em sua detalhada análise da pornografia e da sexualidade “desviante”, prevalentes na era vitoriana, com seus bordéis de crianças e homossexuais, com o florescimento da literatura pornográfica e do controle sanitário e legal do sexo ao arpejo da lei (9). Enfocando-o como um exemplo do mal-estar burguês com relação ao casamento, às ligações afetivas e ao sexo respeitável, imposto pelo padrão do casal monogâmico e reprodutor, sempre concretizado interpares. Nesse raciocínio, a pornografia e a sexualidade desviante, concretizável apenas fora do círculo das pessoas de bem e respeitáveis da burguesia, alçavam para a cena as classes populares, a partir das quais seus praticantes podiam retirar seus parceiros nem sempre espontâneos. O papel das empregadas, amas, guardas e marinheiros, enfim, das moças e rapazes das classes operárias na concretização da sexualidade “desviante”, surge de maneira bem clara na abundante literatura sobre a vida social e a sexualidade da época. Assim, as classes populares surgiam como uma espécie de parque de diversões de uma sexualidade burguesa não-conformista, dentro dos estritos limites da reafirmação das dominações de classe (10).

Segundo Foucault, o aspecto mais bizarro da obra em questão não seria, no entanto, a maneira pela qual o autor havia consagrado sua vida inteiramente à atividade sexual. Mas, sim, a maneira como que, entranhado nessa dedicação ao sexo, outra surgia, com uma fidelidade ainda mais exótica, que era submeter-se, com toda a severidade imaginável, à prescrição profissional, construindo uma narrativa meticulosa de cada episódio vivido. Conclui Foucault que dentre

todas as práticas do autor a mais estranha delas consistia em contá-las diariamente e em todos os seus detalhes, demonstrando-se como um indivíduo totalmente imerso na modernidade (11).

Sabemos, no entanto, que nem todos os diários foram escritos em tom tão confessional, nem receberam materiais tão íntimos. De fato, muitos deles foram escritos, já sob o crivo da censura, para serem lidos por um determinado círculo de leitores. Um cônjuge, os filhos, o círculo doméstico ou de amigos – este último sobretudo no caso de um escritor e seu círculo literário – ou, ainda, a posteridade, tornavam, nessas circunstâncias, o diário mais uma modalidade de literatura do que um espaço de reflexão íntima. São os leitores potenciais – reais ou imaginários – os indicadores a partir dos quais se pode julgar o grau de abertura nos quais o diário foi escrito (12).

Como estilo literário subsidiário o diário acompanhou a produção de inúmeros escritores, tornando-se eventualmente sua obra principal. Seria esse, por exemplo, o caso dos famosos diários nos quais Anaís Nin sistematicamente anotou seus casos amorosos e refletiu sobre seu próprio ser, preenchendo, com seus manuscritos, por volta de 150 cadernos confessionais, que se tornaram, uma vez publicados, sua principal obra literária (13). Expressando a sensibilidade intimista dos diaristas mais dedicados, para os quais a cisão entre as esferas da intimidade e do mundo social se fazia mais forte, declarava Anaís: “Eu construí um mundo privado, temo, porém, não poder colaborar na construção do mundo exterior” (14). Muitos outros escritores mantiveram, a par de suas produções mais elaboradas, diários que acabaram vindo a público por conta de amigos e familiares que mantiveram os documentos e os publicaram mesmo quando isso os colocava em desacordo com a vontade expressa dos autores. Nesses casos os diários acabam por se tornar importantes fontes para o estudo do autor e sua obra, na qual, muitas vezes, é a atividade diarística um contraponto mais íntimo e variado do que a obra pública do indivíduo.

8 Peter Gay, op. cit., p. 360.

9 Marcus, *The Other Victorians*, op. cit.

10 Para a Inglaterra, ver: Marcus, *The Other Victorians*, op. cit.; bem como: Jeffrey Weeks, “Inverts, Perverts and Mary-Annes: Male Prostitution and Regulation of Homosexuality in England in the Nineteenth and Early Twentieth Century”, in *Against Nature. Essays on History, Sexuality and Identity*, Londres, Rivers Oram Press, 1991, pp. 46-67. Para a realidade brasileira nesse período, ver: Sandra Lauderdale Graham, *Proteção e Obediência. Criadas e seus Patões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, trad. Viviana Bosi, São Paulo, Companhia das Letras, 1992; e Luiz Carlos Soares, *Rameiras, Ilhoas e Polacas. A Prostituição no Rio de Janeiro do Século XIX*, São Paulo, Ática, 1992.

11 Michel Foucault, op. cit., p. 25.

12 Beatriz Resende, *Diamantes da Lixeira*, Rio de Janeiro, CIEC, Papéis Avulsos, 32, 1991.

13 *The Diary of Anaís Nin*, editados e prefaciados por Gunther Stuhlmann, vol. de 1931-1934, Nova York/Londres, Harvest Book, 1966 e vol. de 1934-1939, Nova Iorque/Londres, Harvest Book, 1967, entre outros.

14 Anaís Nin, op. cit., vol. 2, p. IX (tradução minha).

Cabe, portanto, questionarmos, mesmo para os casos dos diários mais íntimos e pessoais, o problema do destinatário/leitor. Pois, no fim das contas, toda escrita pressupõe um leitor. Imaginário ou real, muitas vezes o leitor-alvo do escritor de diários é ele próprio, o autor, colocado num ponto qualquer do futuro e numa instância crítica mais apurada. Recuperar o todo, refazer um percurso de vida, alcançando-a em seu conjunto e sentido, eis os objetivos do diário. O caráter restrito com que muitos diaristas trataram seus diários e o temor de que viessem a ser devassados por olhos não autorizados são aspectos recorrentes nesse tipo de escrita. Trabalhando com diários, cartas e outros tipos de materiais escritos pessoais, Peter Gay aponta a recorrência com que os autores expressavam seu desejo de preservação da intimidade e destruição do material indiscreto. Outro sintoma dessa ambivalência entre tudo registrar em confronto com a possibilidade de que o acaso – e muitas vezes, “acazos” não muito fortuitos – proporcionasse a oportunidade a que terceiros devassassem a intimidade do autor colocava em primeiro plano a questão da autocensura, que provocava sentimentos contraditórios, fazendo com que os diários fossem percebidos ora como confidentes, ora como provas muito pesadas das vicissitudes de seu autor. Assim se expressava, por exemplo, Virginia Woolf, na ocasião em que relera o diário do ano anterior. Comentando os tropeços cometidos no decorrer de sua escrita de rápido galope, comentava:

“Contudo, se não fosse escrito com muito mais rapidez do que a datilografia mais rápida, se eu parasse e me pusesse a refletir, ele jamais seria escrito... Se Virgínia Woolf, aos 50 anos, quando sentar-se para construir suas memórias a partir desses cadernos, for incapaz de fazer uma frase como deve ser, só posso me compadecer dela e lembrá-la da existência da lareira, onde terá minha permissão para queimar estas páginas até se converterem em outras tantas películas negras com os olhos vermelhos” (15).

Nesse sentido, o caso do desinibido diário de Mabel Todd, amplamente utilizado no já citado *Educação dos Sentidos*, apresenta-se tanto como uma exceção, quanto como a concretização mais cabal da tendência confessional, encontrável em qualquer diarista. Tendência ainda mais notável de tudo confessar, mesmo quando o que se confessa escapa às próprias possibilidades de compreensão e análise do autor, aparece de forma muito clara no já citado livro *My Secret Life*, no qual, frente aos episódios mais constrangedores o autor afirmava: “... mas eu não posso tentar analisar os motivos ou sensações; eu simplesmente narro fatos” (16).

No entanto, e apesar das ambivalências de seus autores, muitos desses diários íntimos escaparam da destruição e foram conservados, publicados e lidos por um público muito mais amplo do que seu autor conscientemente desejava. Talvez seja por isso que paire sobre a leitura do diário uma aura de “voyeurismo”, combinada com um “misto de pudor e incapacidade de absorver com o recomendado distanciamento” (17). Sobretudo quando se releva a íntima associação entre o diário e a vida emocional, afetiva e sexual de seu autor.

A LITERATURA DE VIAGEM E O DIÁRIO

Embora tenha se mantido no panorama da literatura como estilo subsidiário, colocado na periferia da verdadeira obra do autor, a qual servia de oportunidade de estudo e aprofundamento (18), o diário como estilo apresentou-se com todo o seu esplendor num tipo de literatura muito estimada no decorrer do século XIX. Qual seja, a literatura de viagem, tão expressiva da sensibilidade oitocentista e na qual as narrativas de viagem encontravam sua expressão mais acabada no estilo diarístico. Ora, quem viaja tem sempre uma história a contar a seus pares, construindo uma narrativa. Walter Benjamin encontrou no marinho comerciante uma das figuras mais

15 Os Diários de Virginia Woolf, seleção e tradução de José Antonio Arantes, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 42.

16 Apud Marcus, *The Other Victorians*, op. cit., p. 166 [tradução minha].

17 Beatriz Resende, *Diamantes da Lixeira*, op. cit., p. 2.

18 Beatriz Resende (op. cit.) tece interessante discussão acerca das relações entre obra e diário no caso de alguns importantes nomes da literatura tanto nacional quanto estrangeira.



**Índios da
Amazônia
Peruana: Rio
Ucayali, in
Walter E.
Hardenburg
(1912)**

emblemáticas da arte de narrar, em suas origens mais arcaicas (19). Personagem mítico nas sociedades camponesas-sedentárias, supõe-se que o viajante, tendo vivido muitas experiências, tenha se tornado ele próprio um sábio, capaz de com suas palavras estabelecer uma rememoração plena de um sentido humano e atemporal. No entanto, a sabedoria do viajante, experimentado em terras estranhas, não lhe vem gratuitamente, mas é seu prêmio pela incorporação da experiência do outro à sua própria vivência. Da figura desenraizada do andarilho de terras estranhas o que se espera, nesse contexto, é a épica da verdade, produzida não apenas pela rememoração de suas experiências e da produção de uma verdade individual, mas sim que seja ele a fonte em que se incorporaram a vivência de muitas vidas e a ciência de muitas experiências. A construção da narrativa na sociedade tradicional é ela própria a forma mais plena da produção artesanal da comunicação. Da incorporação e do compartilhar que enriquecem cada narrativa, o narrador e o ouvinte – ambos identificados com uma história, que é a da própria vida. Esta narrativa maravilhosa, uma vez contada, se incorpora à vida daqueles que dela compartilharam,

sendo então burilada por muitas vozes e por muitas mãos. “Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria – a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal” (20).

O gosto do maravilhoso e do mistério entranhou-se na literatura de viagem a partir da era dos Descobrimentos. Colorindo o imaginário europeu com as visões dos monstros antropomórficos do Mar Oceano, mais tarde pincelando com as narrativas de fundo geográfico sobre a localização dos Jardins do Éden e pelo encontro de personagens e locais fabulosos. A república das amazonas, as minas do Vupabussu, a geografia do fantástico e as visões edênicas dos índios animaram as etapas da conquista e da colonização, cingindo, então, nas narrativas de viagem, o gosto pela aventura e enriquecimento dos povos e da Igreja às terras extra-européias (21).

As narrativas sobre os povos indígenas e terras coloniais se ajustam, pelo menos a partir do século XVII, ao nascimento do campo científico da etnologia, sobre noções que se reportam à cisão e ao distanciamento. Seriam estes os princípios formadores da etnologia, segundo Michel de Certeau: *oralidade* – comunicação própria

19 As idéias aqui apresentadas se inspiram no texto: “O Narrador. Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov”, in Walter Benjamin, *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 197-221.

20 Idem, *ibidem*, p. 221.

21 Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, São Paulo, José Olímpio, 1959, sobretudo cap. I, “Experiência e Fantasia”, pp. 3-18.

à sociedade selvagem ou tradicional; *espacialidade* de um sistema desprovido de história; *alteridade*, corte cultural proposto pela diferença; *inconsciência*, o saber que organiza se coloca fora do campo de quem fala (22).

O deslocamento, para o campo da escrita, daquilo que no itinerário do viajante tradicional se realizava pela narrativa oral historicamente se fez através da constituição da atividade científica. Uma instância que corta a fala oral em sua extensão, revelando diferenças. A partir daí, “a linguagem oral espera, para falar, que uma escrita a percorra e saiba o que ela diz” (23). Assim, entre “eles” que falam e “nós” que recolhemos e revelamos um sentido para esta fala, existe uma relação de poder, numa modalidade própria da modernidade (24).

O viajante moderno, sobretudo aquele que acha, como ponto de referência, o cientificismo das teorias raciais e as políticas coloniais do século XIX, é um personagem no qual vivência e narrativa se encontram profundamente cindidas. Não se espera que esse viajante-naturalista, botânico-geógrafo-filólogo-zoólogo, incorpore, nas suas viagens, uma experiência ampliada do outro, identificado como uma história de vida. Ao contrário, é esse o viajante-cientista que desde o início, e na própria essência de sua função, encontra a consciência e a valorização da distância, ele é aquele que vê, ouve, analisa, entende e transmite os fatos e as paisagens das terras distantes, através da escrita de uma narrativa de viagem – de um diário de viagem. Neste, o viajante evita o máximo possível se colocar como partícipe e personagem, pois perde-se no tempo o tempo em que o viajante trocava experiências. Este, o viajante moderno, apenas as observa objetivamente, isto é, retirando o seu próprio ser e o espaço de suas experiências pessoais de viagem para as sombras. Como se a viagem pudesse ser conspurcada por uma desastrada entrada em cena do próprio viajante.

Aqui e ali, uma pequena anotação a respeito de uma experiência singularmente marcante, de uma paisagem extremamente bela e inspiradora, de uma cena humana

confrangedora, a inspirar algumas reflexões filosóficas ou pessoais. De resto, esse viajante modernizado irrompe na narrativa apenas com o relato bastante tedioso das dificuldades materiais da viagem, dos desconfortos físicos, dos perigos sobrepujados em nome do avanço da ciência e dos conhecimentos. Em seu conjunto, depreende-se um certo odor de estranheza e incompreensão da parte do narrador. É o que se encontra, por exemplo, em obras tão distintas quanto de Bates, no Amazonas, e de Serpa Pinto, em sua travessia da África (25).

Mais tarde o viajante-etnólogo, na pele, por exemplo, de Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, na busca de desmistificar a viagem em direção ao exótico e o viajante como cientista objetivo, refletiu sobre a impossibilidade da experiência, afirmando, entre outras, sua decepção com relação à paisagem decaída dos trópicos, seu ódio às viagens e aos exploradores e seu tédio invencível frente à pobreza da realidade (26).

O viajante-naturalista do século XIX nuançava-se com as modalidades do andarilho, do explorador e do aventureiro, que nutriam com suas figuras românticas e suas peripécias rocambolescas, sempre cercados pelo exótico e inusitado, o personagem heróico e civilizatório. E, às vezes, a realidade superava a ficção – pelo menos foi isso que aconteceu com relação a Richard Burton. Esse inglês vitoriano, tendo corrido quase todas as partes do globo, penetrando nas doutrinas esotéricas do sufismo e suas modalidades, peregrinado em Meca, traduzido o *Kama Sutra* e outros textos pouco ortodoxos à sua época, aprendido 29 línguas, escrito dezenas de livros e sido, declaradamente, agente secreto a serviço de Sua Majestade, teve uma vida mais aventureira do que qualquer romancista poderia conceber (27).

A par da complexidade da figura de Richard Burton, o que gostaríamos de chamar aqui a atenção seria apenas o fato de que sua vida possa ser tomada como representativa das expectativas mais românticas de sua época. E, de fato, as peripécias aventureiras de Burton foram seguidas, com maior ou menor brilho, no decorrer do sé-

22 Michel de Certeau, “A Etnografia. A Oralidade ou o Espaço do Outro: Léry”, in *A Escrita da História*, Rio de Janeiro, Forense, 1982, pp. 211-42, sobretudo p. 211. Noto que em “Histoire et Anthropologie Chez Lafitau” [in Claude Blankaert, “Naissance de l’ethnologie?”, Paris, Les Éditions du Cerf, 1985, pp. 63-89], Michel de Certeau estabelece o século XVIII, mais precisamente a partir da publicação de *Moeurs des Sauvages Américains Comparées aux Moeurs de Premiers Temps du jésuite J.-F. Lafitau*, em 1724, como marco da instituição do campo etnológico.

23 Michel de Certeau, *A Escrita na História*, op. cit., p. 212.

24 Idem, *ibidem*, pp. 212-3.

25 Henry Walter Bates, *Um Naturalista no Rio Amazonas*, São Paulo/Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1979; e Serpa Pinto, *Como Eu Atravessei a África*, Lisboa, Publicações Europa-América, s/d. No livro *O Brasil Não É Longe Daqui. O Narrador, a Viagem* (São Paulo, Companhia das Letras, 1990), de Flora Süssekind, encontra-se capítulo sobre o tema da viagem e da constituição da literatura brasileira, sob o título “A Literatura como Cartografia” (pp. 35-154).

26 As observações aqui apresentadas se encontram no artigo de Fernanda Peixoto Massi, “O Nativo e o Narrativo. Os Trópicos de Lévi-Strauss e a África de Michel de Leiris”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 33, julho de 1992, pp. 187-98.

27 Sobre o assunto consultar a obra biográfica de Edward Rice, *Sir Richard Francis Burton* (São Paulo, Companhia das Letras, 1991).

culo XIX, por toda uma seqüência de viajantes-cientistas-aventureiros.

Foi na interseção dos gêneros do diário privado e íntimo e da literatura de viagem da era do imperialismo que floresceu o diário de viagem, testemunhando tensões e ambivalências vividas pelo viajante em sua exposição aos modos de vida e populações primitivas e/ou coloniais e que se pode ler apenas nas entrelinhas de suas obras de viagem. Documento de extremo interesse, o diário íntimo de viagem possibilita estabelecer novas abordagens sobre a literatura de viagem, permitindo acompanhar as relações do sujeito narrador europeu com o mundo colonial, a partir de um ponto de vista no qual o viajante se apresenta de forma muito mais vulnerável, testemunhando a ambivalência da própria experiência da viagem “moderna”. Dentre os muitos aspectos “invisíveis” que vêm à tona a partir desse tipo de abordagem, ressalto a conexão entre a viagem e a sexualidade, tema fundamental na análise para a compreensão da experiência da viagem como empreendimento de conquista teórico-abstrato, no qual o outro conquistado emerge sempre a partir de processos projetivos, a partir de descrições fundadas na ausência (28). Nesse sentido, entre tantas ausências e carências notadas pelo viajante a respeito das populações das áreas coloniais, a ausência de repressão sexual é um dos aspectos mais descritos, elaborados e fantasiados pelo viajante. Testemunhando as tensões e ambivalências do viajante-narrador frente à experiência de viagem pelas zonas coloniais, o diário de viagem permite acompanhar a experiência da viagem e o empreendimento narrativo que dela resultou, a partir de novos pontos de vista.

O INTRÉPIDO EXPLORADOR E SEU DIÁRIO

Nesse contexto, eu introduziria dois personagens que ensejam um contexto e um ponto de vista a partir dos quais se poderia recuperar uma sensibilidade, uma his-

tória do viajante moderno. Pois a viagem é uma metáfora tanto de uma viagem geográfica quanto íntima, na qual nem sempre o céu surge como algo que nos protege. Seriam eles, em primeiro lugar, o irlandês Roger Casement, que atuou, sempre a serviço do governo inglês, entre a década de 70 do século XIX e os primeiros anos do XX, no Congo e na região do Putumayo, na confluência da Amazônia peruana e colombiana, realizando arriscadas viagens e elaborando relatórios de denúncia da extrema exploração e dizimação da mão-de-obra nativa que ocorriam nas áreas de extração da borracha (29). Tendo despendido quase um terço de sua vida na África – sobretudo no Congo belga – e participado do enorme investimento de energia física e imaginária que representou a conquista imperialista das regiões africanas, nas quais os preceitos humanistas e cristãos, prevalentes na Europa, eram facilmente deixados de lado, Casement lutou contra a ganância e a hipocrisia, escondidas por detrás do discurso civilizador. Denunciou a escravidão, a exploração e a tortura dos nativos, o irracionalismo do sistema e a incompreensível dizimação das fontes de riqueza, pelos seus próprios exploradores. Na região do Putumayo, nos princípios do século XX, escreveu relatórios pormenorizados sobre o inconcebível tratamento dispensado aos índios, coletores de borracha, nas propriedades de Julio Cesar Araña.

Apesar de irlandês, as atividades de Casement, nas terras coloniais, sempre ligadas à defesa das populações nativas, o transformaram numa figura popular na Inglaterra, envolta numa aura romântica, valendo-lhe não apenas o respeito da alta burocracia britânica como o título de *sir*.

Reafirmando a imagem de excentricidade, combinada com humanismo e resistência física, Casement aparece numa das cartas que Joseph Conrad enviou da África, em 26 de dezembro de 1903, descrito como um pio irlandês protestante, capaz de embrenhar-se nas selvas mais perigosas, em terras de inexprimíveis solidões, portando apenas um bastão como arma e tendo por companhia dois cachorros e um rapaz,

28 Mary Louise Pratt, *Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturização*, Bauru, Edusc, 1999.

29 A controvertida biografia de Roger Casement aparece conjuntamente com a edição de seus diários em: Peter Singleton-Gates e Maurice Girodias, *The Black Diaries of Roger Casement. With the Account of His Life and Times*, Nova York, Grove Press Inc., 1959.

carregando uma trouxa. E segue Conrad: “Decorridos alguns meses aconteceu-me vê-lo de regresso, um pouco mais magro, um pouco mais queimado, com seu bastão, os cães e o rapaz de Luanda, mansamente sereno, como se tivesse ido dar um passeio no parque” (30).

O aspecto mais polêmico da vida de Casement, no entanto, se reporta a seu envolvimento com o movimento nacionalista irlandês, sua prisão no decorrer da Primeira Guerra Mundial, que culminou com a apreensão e divulgação, pela Scotland Yard, de seus diários íntimos. Contendo materiais decididamente embaraçosos, a respeito de uma vida afetiva e sexual extremamente conturbada, marcada pelo homossexualismo e promiscuidade, os diários funcionaram como sua sentença de morte. De fato, condenado por alta traição por uma lei de exceção e por um tribunal tendencioso, Casement foi executado sem que nenhum movimento mais consistente de solidariedade a isso se opusesse. A divulgação de sua vida privada o havia comprometido irremediavelmente (31).

O segundo personagem a ser aqui introduzido é o general e, mais tarde (1889), também marechal José Vieira Couto de Magalhães. Embora tenha desenvolvido suas atividades políticas no âmbito do Império, tendo sido sucessivamente presidente das províncias de Goiás (1862-63), Pará (1864-65) e Mato Grosso (1865-67), Couto de Magalhães se tornou conhecido por sua ligação com o mundo das viagens, dos sertões e da navegação fluvial, a partir das quais desenvolveu atividades intelectuais, políticas e econômicas. Sua identificação com o desconhecido e com o inóspito dos sertões que, no século XIX, perfaziam ainda grande parte do território brasileiro, sua familiaridade com o tupi-nhenguatu, no entanto, contrastam com seu perfil de indivíduo decididamente moderno. Empresário sagaz das vias de comunicação fluviais e ferroviárias, setor este para onde confluíam os principais interesses econômicos e os mais ricos simbolismos do século que corria na velocidade dos trens e buscava fundamentar um mercado mundial, sob os auspícios do

imperialismo, demonstrava ele, em seus escritos, estar consciente dos mecanismos de acumulação que se lhes apresentavam no contexto do Brasil imperial, em suas ligações com os países capitalistas. Realmente, em seu diário íntimo, escrito durante sua residência em Londres, na entrada do dia 20 de outubro de 1880, comentando a respeito de seus sucessos nos negócios da Estrada de Ferro do Rio Verde, rememorava Couto de Magalhães sua trajetória como homem de negócios:

“[...] meu honrado e bom pai deu-me uma excelente educação, e com isso deu-me o principal instrumento da minha fortuna; eu, porém, a edifiquei por mim mesmo: economizei dos meus ordenados; formei um pequeno capital de trinta contos, que era o que eu possuía em 1869 quando faleceu meu pai; meti-me no negócio, deliberei viagens para o rio da Prata e dali para o Amazonas em três horas; trabalhei com meu corpo como se fosse uma máquina de aço; negocieei com New York, Paris e Londres, e através de perigos, fomes e ansiedades, trabalhos imensos, edifiquei uma renda anual de cem contos, a qual com estas últimas operações provavelmente se elevará a 136 contos [...]” (32).

A passagem é tão sugestiva que quase dispensa comentários. A velocidade das decisões, o corpo como máquina de aço, o caráter de viajante-aventureiro, que enfrenta o risco financeiro, a alusão aos esforços pessoais, totalmente desvinculados das instituições das famílias e compadrios patrimonialistas ainda vigentes e, finalmente, o sucesso como recompensa, constroem a imagem acabada do *self-made man* da acumulação de capitais, presente na expansão do século XIX em direção à integração territorial e de mercado das regiões coloniais.

Escritor desde os tempos de estudante da Academia de Direito, em São Paulo na década de 1850 (33), Couto de Magalhães se nobilitou, como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e interlocutor do imperador, através de publicações a respeito dos sertões e dos índios. Seus dois

30 Carta reproduzida em: Singleton-Gates e Girodias, *The Black Diaries*, op. cit., p. 93. A carta de Conrad foi também reproduzida em: Michael Taussig, *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem. Um Estudo sobre o Terror e a Cura*, trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura, São Paulo, Paz e Terra, 1993, p. 35.

31 O caráter polêmico dos diários e as discussões a respeito de sua autenticidade aparecem em: Singleton-Gates e Girodias, *The Black Diaries*, op. cit., pp. 15-35.

32 José Vieira Couto de Magalhães, *Diário Íntimo*, org., prefácio e notas de Maria Helena P. T. Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 151.

33 Couto de Magalhães foi um estudante ativo e precoce, contribuindo com seus artigos em diversas publicações acadêmicas e estudantis, tais como: “O Estudante e os Monges”, conto de cunho romântico, publicado na *Revista da Academia de São Paulo* (n.º 1, abril de 1859), “Destino das Letras no Brasil”, n.º 1 e 2 da mesma revista e com a mesma data, e textos reproduzidos por José Aderaldo Castello (*Textos que Interessam a História do Romantismo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, s/d), sob os títulos: “Fundação da Academia. Trabalhos da Mocidade” (pp. 16-27) e “O que é a Imitação em Literatura [A Meu Amigo Alvarenga Pinto]” (pp. 216-9), entre outros. Oitrossim, em idade mais madura, Couto de Magalhães se interessou pela escrita da literatura pornográfica. Em seu diário, encontram-se anotações a respeito do andamento de seu romance pornográfico, “fantasia devassa que se intitula o Dr. Calmiru” (José Vieira Couto de Magalhães, *Diário Íntimo*, op. cit., p. 140).

livros mais lembrados – *Viagem ao Araguaia* de 1863 e *O Selvagem*, que apareceu em 1876 –, ambos escritos a partir de suas experiências vividas no sertão e de seus estudos a respeito da integração dos índios à população nacional, estão cheios de alusões apaixonadas sobre o mundo mais livre dos desertos (34). Em uma de suas passagens, buscando descrever o esplendor da natureza, Couto a associa à liberdade dos sertões, em contraste com o burburinho próprio às cidades:

“A alma reconcentrada, eu perguntei a mim mesmo se a felicidade não devia existir ali, no meio daquelas cenas grandiosas da Natureza, daquela paz imponente, tão diversa do ruído inquieto e buliçoso das grandes cidades... Lá nunca há de chegar o pé humano; mas nosso poderio manifesta-se ainda aí; apesar dessas brenhas inacessíveis, a ave pode ver de repente interrompido seu vôo pela bala certa de um caçador sertanejo” (35).

A liberdade dos sertões não se resumia, porém, aos espaços mais livres e às paisagens mais abertas do que aquelas das cidades. Ligava-se, sim, a todo um mundo masculino, dos colégios, das casernas, dos quartéis, das guerras e das viagens, mundo este que a moralidade do século XIX, baseada no casal monogâmico e na família nuclear, olhava com desconfiança. Mundo masculino de homens solteiros ou solitários, colocado às margens da procriação dos filhos legítimos, da sedentarização e construção da família e da acumulação paulatina de um patrimônio baseado no trabalho sistemático. A tudo isso se opunha o espaço aventureiro das viagens. Michelle Perrot, descrevendo o mundo dos celibatários, associa-o ao enclausuramento e à separação em instituições disciplinares (36). Espaços sociais de exclusão que, no entanto, se diluam nos territórios coloniais, nas frentes de expansão, nas selvas e nos sertões.

“Era fantástico o aspecto de nosso pouso: os fogos acesos aqui e ali desenhavam as formas gigantescas dos buritis e davam um aspecto selvagem ao vulto dos soldados que

passavam por diante deles; as camas eram redes amarradas pelos galhos das árvores, e em grupos curiosos. Só eu gozava do privilégio de uma maca. Nosso teto tem sido o azul do firmamento, belo e cheio desse encanto melancólico que lhe costuma dar a lua, sobretudo no meio de campinas vastas e batidas, como eram essas em que nos achávamos” (37).

Claro está que, no caso do Brasil, largos estratos das populações mantinham-se às margens da moralidade burguesa, própria às classes médias européias e norte-americanas. Da mesma forma, os solteiros e celibatários ainda podiam encontrar, na sociedade brasileira do século XIX, marcada pelo vinco do tradicionalismo, estratégias familiares de integração e aceitação à parentela dos solitários. No entanto, a aceitação dos solteiros pelas famílias das elites condicionava-se a sua permanência em espaços bem restritos – às mulheres, cabia o papel de beata ou de solteirona, ressequida pela ausência da prole, e aos homens, o papel de tio rico, para o qual os sobrinhos lançavam olhos cobiçosos. E, no entanto, o mundo dos celibatários, aqui ou nas sociedades européias, era, sim, um espaço de restrição. Constrangimentos sociais impostos que se desfaziam na viagem – espaço de uma individualidade excluída.

Se a viagem permite a quebra das barreiras sociais, dos papéis sociais restritos, é porque remete a um lugar no qual se concebe a existência do diferente e das normas dos contrários. Pois a natureza selvagem e indevassada é um deserto, um espaço vazio que o explorador preenche com os significados dos seus desejos. E a população que lá se encontra, ligada em simbiose com a natureza, é, ela também, selvagem, misteriosa, livre, mas, sobretudo, vazia. Analisando a *História de uma Viagem ao Brasil*, de Jean de Léry, Michel de Certeau mostra como a literatura de viagem construiu o selvagem como o corpo do prazer (38). Contraposto ao trabalho ocidental, com seu tempo e sua razão, o mundo do tupi, para Jean de Léry, surgia como o do puro lazer e prazer. A erotização do corpo e do uni-

34 Uso aqui o termo “deserto” na acepção do século XIX, que se referia à ausência da civilização e ao vazio populacional. “Deserto” e “sertão” são, dessa forma, quase sinônimos, estando porém o termo “deserto” ligado aos territórios mais ermos e recuados do que sertão.

35 José Vieira Couto de Magalhães, *Viagem ao Araguaia*, São Paulo, Nacional, 1975, p. 93.

36 Michelle Perrot, “À Margem: Solteiros e Solitários”, in Michelle Perrot (org.), *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, trad. Denise Bottman e Bernardo Joffily, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 287-304.

37 José Vieira Couto de Magalhães, *Viagem*, op. cit., p. 85.

38 Michel de Certeau, *A Escrita na História*, op. cit., pp. 226-36.

verso do outro surge aqui como uma decor-
rência quase natural. Ele seria, nesse senti-
do, “o retorno sob a forma estética e erótica,
daquilo que a economia de produção
teve que recalcar para se constituir”, situ-
ando-se, assim, “na junção de um interdito
e de um prazer” (39).

A escrita de Casement pode ilustrar a
análise de Certeau. Aparecem nas anotações
do diário, sempre conciso e descritivo, bre-
chas em que a beleza dos índios e dos *cholos*
é apreciada como uma festa para os olhos.
Em 8 de setembro de 1910, durante sua es-
tada na região do Putumayo, às margens do
rio do mesmo nome, observava Casement:

“Às 7 da manhã, lindo dia. O rio subiu mais
um pé inteiro ou mais. As margens do rio
começam a inundar. Os passageiros do
‘Huayna’ subiram todos ontem. Conheci
alguns deles [ilegível] para a lagoa na Flo-
resta – Morona Cocha – bonitos tipos, um
com uma espingarda, índio cholo agradá-

vel e forte nas obras de Brito. Fiquei na
casa de Brito (1.500 libras) e vi lindas cri-
anças, e de volta à 11, um dia pavorosa-
mente quente. Fiz pouco ou nada – estava
quente demais. Às 5 saí para o campo de
tiro mas não pude achá-lo com Fox e Bell
e então um estúpido jantar, e saí de novo
para a Comissão e joguei bridge até 11:30,
ganhando duas rodadas. Em casa à meia-
noite e o jovem policial cholo no Malecon
– esplêndido jovem índio [...]” (40).

Festa para os olhos e para outros senti-
dos, duma sexualidade que irrompe as bar-
reiras e trata de se inscrever no corpo do
selvagem. Ora, se por um lado a paisagem
virgem ali está para ser conquistada, domi-
nada e integrada à marcha civilizatória, o
corpo do selvagem, avatar dessa natureza e
a ela atado simbioticamente, se inscreve
numa sexualidade liberta das travas da re-
pressão. Sexualidade, no entanto, que é, ela
própria, mais uma metáfora da conquista.

**Abaixo,
Muchachos,
1908
(Cambridge
University
Museum of
Archaeology an
Anthropology)**

39 Idem, *ibidem*, p. 228 (grifo no original).

40 Apud Singleton-Gates e Girodias, *The Black Diaries*, op. cit., p. 235 (tradução de minha autoria).



Nos diários de Couto de Magalhães, relativos aos anos de 1880 e 1881, quando o mesmo residia em Londres, encontra-se um movimento de puro rememorar a vivência da viagem e de sua sensualidade arrebatadora.

Os prazeres de sua vida presente – do momento no qual o diário é escrito – em sua maior parte consistem em evocar antigas paisagens e rememorar velhos prazeres. A paisagem do presente só desperta os sentidos na medida em que serve como uma invocação de outras muito distantes, irremediavelmente perdidas:

“Saturday, The 25th September 1880

Passei hoje um dia mui agradável – o sol estava brilhante, a temperatura quente, o João apareceu às dez e meia e às onze seguimos para o Jardim Zoológico; as árvores já estão amarelas e as folhas começam a cair, é aquela quadra melancólica do outono descrita por Millevoye. Depois de percorrer o jardim saí pela porta do Norte, desci por aquele canal que eu tanto amo por me trazer à lembrança as cenas dos rios selvagens em que eu vivi os mais apaixonados anos de minha vida” (41).

Na seção intitulada “Diário de Sonhos”, encontram-se os traços de uma sensualidade que se compraz na rememoração dos prazeres da carne. Se reprimida, a sensualidade retorna durante a noite, com suas paisagens livres, seus rios, sua natureza selvagem, seus personagens coniventes, sua sensibilidade arrebatadora:

“Tuesday the 14 para 15 February 1881. Noite de 14 para 15 de fevereiro.

[...] (Depois de dormir de novo)

Depois um crioulo meu em companhia de um mulatinho em mangas de camisa e simplório e ambos de quinze anos de idade, em minha companhia, passamos um bar com compoteiras com açúcar, e saímos em um lago mui grande coberto de muito lodo verde, e nos banhamos os três nesse lago” (42).

Nesse ponto, a narrativa do sonho passa a ser feita em nhengatu, como se o desloca-

mento da língua fornecesse o distanciamento necessário para que se escreva o que se tem vontade. Em seu livro biográfico a respeito de Freud, Gay explicita a função da utilização da língua estrangeira como recurso distanciador. Ao focar um episódio da auto-análise de Freud, na qual ele rememorando o desejo que, aos quatro anos de idade, sentira por sua mãe, ao vê-la despidida durante uma viagem de trem, Gay chama a atenção que aí, mesmo Freud, tenha se utilizado do latim seguro e distanciador (*matre nudam*). Nesse sentido é que interpretamos a utilização do tupinhangatu por Couto, como recurso para liberação de lembranças reprimidas e desejos inconfessáveis (43), como fica explicitado na seqüência do sonho acima citado: “Eu quero fazer sexo com um mestiço, com um preto; eu falo que o membro viril do preto foi tirado de dentro” (44). E, em seguida o sonho não deixa dúvida da cena idealizada pelo sonhador, nem de que tipo de desejo ele está aí realizando (45):

“No cantinho do lago um reguinho de água mui clara e transparente e cheio de peixinhos e entre estes dois lambaris querendo comer os outros peixinhos, que gemiam e faziam barulho quando os lambaris davam rabinadas entre eles, e a parte do reguinho onde os lambaris estavam achava-se coberta com folhas de uva...” (46).

Obviamente que a análise do material onírico, em toda a sua complexidade, depende do preenchimento de uma série de pré-requisitos de que não dispomos, nem nosso objetivo é o de traçar um perfil psicológico do sonhador. Inclusive porque o sonho, para ser interpretado nos termos da psicanálise, dependeria da disponibilidade, por parte do sonhador, para elaboração das associações livres, capazes de clarificar o conteúdo distorcido, fruto da censura do indivíduo, em sua busca de expressar, enquanto dorme, materiais reprimidos (47). Condição que em nosso caso seria certamente impossível de ser preenchida.

E, no entanto, não necessariamente teríamos que nos ater ao campo analítico da

41 José Vieira Couto de Magalhães, *Diário Íntimo*, op. cit., pp. 115-6.

42 Idem, *ibidem*, p. 199.

43 Peter Gay, *Freud. Uma Vida para Nosso Tempo*, trad. Denise Boltman, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 25-6.

44 No original, grafado em tupinhangatu: “Ixe oyuputar om. curiboca, tapayuna; anahen aiko tapayuna sak., opirariwana i pupé” (Couto de Magalhães, *Diário Íntimo*, op. cit., p. 200). Sobre a tradução e suas dificuldades, consultar a mesma publicação (pp. 42-4).

45 Nas guiamos aqui pela visão clássica de Freud que interpreta o sonho sempre como realização dos desejos do sonhador (Sigmund Freud, *A Interpretação dos Sonhos*, trad. Walderedo Ismael de Oliveira, 2 vols., Rio de Janeiro, Imago, 1987).

46 José Vieira Couto de Magalhães, *Diário Íntimo*, op. cit., p. 200.

47 Sigmund Freud, *A Interpretação dos Sonhos*, op. cit., sobretudo, caps. II, “O Método de Interpretação dos Sonhos: a Análise de um Sonho Modelo”, pp. 119-40; III, “O Sonho é a Realização de um Desejo”, pp. 141-50; IV, “O Material e as Fontes dos Sonhos”, pp. 151-267. Ver também: S. Freud, *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, Rio de Janeiro, Imago, 1987.

psicanálise. Em *O Espelho Índio*, Roberto Gambini, utilizando-se do conceito junguiano de projeção, elabora interessante análise de um sonho indígena, sonhado por um terena habitante do Posto Indígena de Araribá, em São Paulo (48). Ainda assim, neste momento, nosso interesse é apenas tentar lançar luz sobre uma sensualidade que impregnava não apenas os sonhos, mas também a vida desperta. As imagens evocadas no trecho a seguir, observadas em algum ponto entre o Rio das Garças e o das Mortes, e reproduzidas n' *O Selvagem*, são surpreendentemente similares àquelas do sonho. Embora entre a vivência desta e sua reprodução onírica distem pelo menos dez anos.

[...] O ribeirão de água quente desce pendurado por uma lombada de terreno suave, e vem por mais de uma légua em continuadas cascatas; o viajante, quando ali chega, depois de uma marcha fatigante, por um campo onde falta sombra, extenuado do sol e cansaço, sente inefável delícia ao ver aquelas águas levemente azuladas, tão transparentes quanto o diamante, precipitando-se sobre urnas de pedras esverdeadas, povoadas de numerosos cardumes de peixes alvos, que se livram nos rápidos, parecendo gozar, naquelas águas puras, o prazer de viver alegremente” (49).

Na paisagem de puro prazer, o selvagem, o mestiço, o curiboca e o tapanhuno desempenham seus papéis. São eles apresentados igualmente como seres sensuais, estabelecendo-se toda uma empatia com o modo de viver indígena e, de forma geral, das populações não-brancas. Simpatia, compreensão, que relativiza (embora não supere) os rígidos quadros explicativos do cientificismo, expressando, de forma notável, uma visão mais otimista sobre o elemento nacional. Comentando a vida livre do selvagem e de seus descendentes, marcada pela independência, auto-suficiência e coragem, contraposta à vida sedentária do branco, sempre dependente de seus pares, escreve Couto:

“Esse viver errante, passado em cima do cavalo, a correr campos, o estar sempre em contacto com a natureza, sentindo-lhes as impressões; as privações mesmo dessa existência, que seriam insuportáveis para o branco; a necessidade de muitas vezes dormir ao relento; a de alimentar-se exclusivamente de caça, mel e palmito, o que, para quem não está habituado, equivaleria um regime de privações, constituem para o caipira, o gaúcho e o caboré outras tantas fontes de prazer, elementos de felicidade e alegria, que tornam para eles farta e regada uma existência que seria insuportável para o branco” (50).

Empatia que leva Couto a um certo relativismo e a uma reinterpretação pessoal abrandada do paradigma evolucionista:

“Por muito rude e bárbara que, à primeira vista, pareça uma instituição qualquer de um povo, ela deve ser estudada com respeito. As instituições fundamentais dos povos, qualquer que seja seu grau de civilização ou barbária, são resultado das leis eternas de moral e justiça que Deus criou na consciência humana, leis que em fundo são as mesmas no selvagem e no homem civilizado [...]” (51)

Processo similar poder-se-ia detectar na trajetória de Casement. Tendo dedicado sua vida às viagens e às denúncias com as quais preenchia os seus relatórios a respeito das condições a que eram submetidos os negros e os índios, Casement expressava seu encoberto conflito frente ao imperialismo inglês. A empatia com que viveu suas experiências na África e na América do Sul, sem dúvida, reporta-se a seu homossexualismo disfarçado, a seu segredo íntimo. Conflitos encobertos, uma sensualidade reprimida que se expressam numa tentativa de identificação com o outro: o negro, o índio, o irlandês submetido, que é ele próprio (52).

E, no entanto, nem Couto de Magalhães nem Casement puderam estar completamente lá. Afinal, o destino do viajante é estar apenas de passagem.

48 Reconta o sonho: “Fui até o velho cemitério guarani na Reserva e lá vi uma grande cruz. Uns homens brancos chegaram e me pregaram na cruz de cabeça para baixo. Eles foram embora e eu fiquei desesperado. Acordei com muito medo” (Roberto Gambini, *O Espelho Índio. Os Jesuítas e a Destruição da Alma Indígena*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988).

49 José Vieira Couto de Magalhães, *O Selvagem*, São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1975, p. 100.

50 Idem, *ibidem*, p. 68.

51 Idem, *ibidem*, p. 84.

52 Taussig (*Xamanismo*, pp. 39-40), enfoca essa questão.